

---

# A Modernização da Pecuária Leiteira e a Exclusão do Pequeno Produtor

Jerri Augusto da Silva\*

Ruth Youko Tsukamoto\*\*

## RESUMO

No Brasil a produção leiteira vem aumentando gradativamente, graças ao fim do tabelamento que perdurou até 1990. Porém, os produtores brasileiros estão sofrendo os efeitos das importações provenientes da Argentina, via MERCOSUL, com baixos preços e longo prazo de pagamento. Atualmente, as indústrias de laticínios estão em processo de fusão para se tornarem mais competitivas no mercado globalizado. Mesmo sendo uma atividade pouco rentável, com baixos preços pagos pelas indústrias/cooperativas, sempre foi um meio de sobrevivência do pequeno produtor de leite. Na esteira da modernização, o pequeno produtor de leite vem sofrendo inúmeras imposições por parte das indústrias para acompanhar a evolução tecnológica no seu sistema de produção. Este é um dos problemas que tem provocado o abandono gradativo destes produtores, pois falta apoio financeiro para cumprir tais exigências. Estas indústrias e/ou cooperativas de laticínios, sujeitam o produtor estabelecendo o monopólio na circulação pagando o preço que lhes é conveniente e, por outro lado, sujeita também os consumidores, com seus preços monopolistas. Embora a cooperativa não exproprie diretamente o produtor, ela subjuga o produto de seu trabalho, realizando assim, uma clara transferência de renda, da pequena produção agrícola para o grande capital industrial. Assim, observa-se a exclusão e/ou a exploração desta população rural, principalmente daqueles que produzem até 50 litros/leite/dia. Uma das alternativas encontradas para estes produtores excluídos foi a comercialização informal, tornando-se independentes da subordinação do capital industrial.

**PALAVRAS-CHAVE:** pecuária leiteira, pequeno produtor, capital industrial.

## INTRODUÇÃO

O Brasil tem um potencial de produção de leite que só não é explorado na totalidade pela falta de poder aquisitivo da população.

O baixo poder aquisitivo da população é o principal impedimento ao aumento do consumo, argumento que têm sido usado pelos vários segmentos do setor. "Se as pessoas têm dinheiro, vão, inevitavelmente, comprar mais leite. Prova disso foi o que ocorreu no Plano Cruzado, em que houve até desabastecimento. Aquela 'utopia' serviu para comprovar que, se há dinheiro, a nossa produção é realmente insuficiente", afirmou José Otaviano de Oliveira Ribeiro, presidente da Confederação das Cooperativas Centrais

Agropecuárias do Paraná (CONFEPAR) em 1994, acrescentando que em 86 o Brasil importou três vezes à mais do que costuma trazer normalmente de outros países.

A produção fica atrelada ao consumo. O preço, considerado como um dos impedimentos para a aquisição do produto, também não satisfaz aos produtores, pois:

Um elemento central nesse processo é o fator "preço": é a fixação do preço do leite abaixo de seu valor que permite essa transferência do excedente da pecuária leiteira para o capital industrial. O preço do leite é um preço político, elaborado em função das relações de força dentro da economia em geral, e do setor de laticínios em particular (FREDERICO, 1980, p.38).

---

\* Acadêmico do curso de Geografia – Bolsista CPG/UEL

\*\* Professora do Deptº de Geociências – UEL- Londrina. ruth@inbrapenet.com.br

Toda a nossa produção láctea se insere dentro de um processo chamado “crise agrária permanente”. Segundo este processo, o preço do leite segue uma tendência decrescente quando comparados com outros produtos industriais. Estes preços são meramente políticos, destinados a garantir o processo de acumulação industrial. Por sua vez, os produtores tentam equilibrar este déficit com o aumento de produtividade, o que é conseguido com a utilização de tecnologia moderna, porém nem todos conseguem incorporá-la.

Em razão do leite ter um preço relativamente pouco compensador para o produtor, nota-se, nestes últimos anos, algumas tendências nesta atividade. De um lado, uma pequena parte destes produtores, beneficiados por programas do governo e incentivos fiscais, conseguiu capitalizar-se. Vemos também outra fração que diversificou sua produção ou passaram a exercer outra atividade. Mas a grande maioria, que são os pequenos produtores tradicionais, vêm-se descapitalizando gradativamente. O maior problema é que estes produtores utilizam-se de técnicas atrasadas, onde, acabam sendo pressionados a modernizar-se, porém sem capital.

De acordo com Fredericq (1980, p.19), os produtores “são submetidos a pressões do Estado e das empresas agroindustriais produtoras de insumos agropecuários ou de laticínios”.

Nesse sentido, preocupamo-nos em analisar quais são as alternativas encontradas por esses produtores bem como entender como se dá a relação entre o produtor e a indústria.

Além do processo de globalização da economia e da forte inserção do capital multinacional, na entressafra de 2001, observou-se uma situação atípica da produção leiteira no Brasil que refletiu nos preços praticados nesse período, provocando uma crise ainda maior nesse setor de atividade.

## 1. PANORAMA DA PRODUÇÃO LEITEIRA NO BRASIL E NO PARANÁ

### 1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PECUÁRIA BRASILEIRA

Segundo Szmrecsányi (1998, p.71) de 1930 a 1970, estabeleceu-se e consolidou-se no país um novo padrão de desenvolvimento crescente, baseado exclusivamente nos setores urbanos e industriais da economia, voltado para o atendimento de seu mercado interno, que estava em franca expansão. Até o final da década de 1920, a economia brasileira era predominantemente rural, com apenas uma atividade básica, a produção de café para exportação. Com a Grande Crise de 1929/30, o governo fundou-se numa industrialização voltada para a substituição das importações, onde o processo de urbanização foi acelerado pela intensificação do êxodo rural (devido basicamente à quebra na economia cafeeira). Somente, a partir da década de 50 é que o setor agropecuário passa a constituir um importante mercado para os produtos industrializados, ocorrendo um acentuado processo de modernização do país, principalmente na região sudeste, mais particularmente no Estado de São Paulo.

A crescente introdução destes nos processos produtivos do setor agropecuário deu início à chamada industrialização da agricultura no Brasil. Por industrialização da agricultura entende-se aqui a adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário (SZMECSÁNYI, 1998, p. 72).

A pecuária leiteira é um setor da economia quase totalmente monopolizado pelo capital industrial, e a sua gênese no país, está ligada à própria história da NESTLÉ. Esta empresa domina até hoje o setor lácteo, através de um:

...processo de subordinação que ela cria nas áreas de captação de leite ou, como ela prefere chamar os pecuaristas leiteiros, “fornecedores associados”. “Fornecedores associados”, estes

que pagam não apenas o transporte do leite até o ponto de recebimento, como também deste até a fábrica, mas que a Nestlé os atende com sua "Assistência Nestlé aos produtores de leite". Como se vê, o setor leiteiro está submetido praticamente ao capital multinacional, sobrando para o capital nacional, a fatia da distribuição do leite in natura, que, sabidamente, é de mais baixa rentabilidade no setor (OLIVEIRA, 1981, p. 35).

Como sabemos, o agribusiness lácteo agrega renda em diversos setores, dentre os quais: produtos veterinários, vacinas, rações, sementes, ordenhadeiras, inseminação artificial e equipamentos agrícolas. A maioria destes setores são dominados pelo capital estrangeiro, pois apenas algumas empresas nacionais de porte médio conseguiu especializar-se. Estas firmas tiveram um certo crescimento nos últimos anos, mas grande parte foi e está sendo incorporada por empresas estrangeiras, sendo liderada pelo capital transnacional.

O tabelamento de preços no Brasil, que persistiu até o início da década de 1990, resultou em uma série de conseqüências. Dentre as mais importantes, podemos considerar a inibição do uso de tecnologia no setor, devido à falta de recursos e incentivo governamental. Entretanto, há que se salientar que detemos tecnologia mais que suficiente para obter uma oferta de leite regular o ano todo, mas isto não ocorre, pois temos abundância de pasto no verão e carência no inverno ou seja, a safra e a entressafra. Nesse sentido, quando a produção é mais abundante, pagam-lhe menos (verão) e no inverno é melhor remunerado.

A partir da implantação do Plano Real, em julho de 1994, ocorreu um conseqüente aumento do consumo de leite e derivados. Isto ocorreu, em grande parte, devido ao aumento do poder aquisitivo da população, principalmente da mais carente. Os preços médios recebidos pelos produtores apresentaram significativo aumento em 1995, sendo considerada a melhor fase da pecuária leiteira em todo o país.

A partir de 1996, estes mesmos preços começaram a declinar, chegando, em 1999, a US\$0,13, o menor preço de toda a história da pecuária leiteira. Este fato, juntamente com a globalização da economia, que vem a exigir dos produtores: qualidade, produtividade e baixo custo, fez com que muitos, principalmente os pequenos, se encontrassem em uma situação inviável de produção.

De acordo com Koehler(1999), estas importações têm desestimulado toda a cadeia produtiva, do produtor aos laticínios. Um dos maiores problemas que estimulam as importações é o prazo de pagamento, que pode chegar a quase dois anos. Outro item é a taxaço, pois a maior parte do leite que entra no Brasil é via MERCOSUL. Se este leite viesse diretamente da Europa, teria que pagar a Tarifa Externa Comercial (TEC), de 27%. Entrando por qualquer país pertencente ao MERCOSUL, será pago para o mesmo leite apenas 16%, ou seja, uma diferença de 11%.

O sistema agroindustrial de leite no Brasil passou por mudanças estruturais desde o início dos anos 90, com o desenvolvimento de um ambiente competitivo inteiramente novo, sendo este, resultado da desregulamentação do mercado, da abertura comercial ao exterior e da formação do MERCOSUL, e também devido ao processo de estabilização da economia nacional. Quando, ocorreu a liberação de preços por parte do governo, a diferença de preços no mercado foi geral, causando uma verdadeira guerra de ofertas nas gôndolas dos supermercados.

Hoje, ainda estamos no processo de mudanças institucionais, organizacionais e tecnológicas que foram deflagradas no início da década, como pode ser observado na tabela 01, a seguir:

Tabela 1 – Mercado Brasileiro de Leite e Derivados – 1990 e 1998.

Milhões de litros equivalente leite fluido	1990	1998	Variação
<b>CONSUMO</b>	15393	22307	36%
Per capita (Urbanos)	106	136	28%
<b>PRODUÇÃO</b>	14484	20087	29%
Formal	9609	11345	16%
Pasteurizado	4030	2745	-27%
Longa Vida	184	3100	895%
Derivados	5395	5500	9%
Informal	4875	8742	52%
<b>IMPORTAÇÕES</b>	909	2220	146%
LONGA Vida/Fluido	4%	53%	
Importação/Mercado Formal	9%	16%	
Tamanho do Mercado Formal	34%	44%	

Fonte: DECEX/IMAR/LEITE BRASIL/SUNAB/ABLYVABIQ. In: O Agribusiness do Leite no Brasil

Segundo Jank et al (1999), este considerável aumento no consumo per capita pode ser atribuído, em grande parte, à instalação do Plano Real, aumentando assim, o poder aquisitivo da população. Este plano econômico utilizou e continua a utilizar até hoje, a agricultura e a pecuária como sua âncora verde, ou seja, a estabilidade da moeda (de 1994 a 1997), deve-se, em grande parte, ao congelamento de preços dos gêneros que constituem a cesta básica, sendo que, nesta, o leite está incluído como um dos itens fundamentais.

Se o consumo per capita aumentou em 28%, podemos notar que a produção cresceu no mesmo nível (29%). Porém, para o desestímulo geral dos produtores, as importações chegaram a crescer 146%. Este fato vem a significar um abandono geral, tanto político, quanto econômico e social por parte do Estado em detrimento da pecuária leiteira, pois, ao invés do governo incentivar os produtores do país, torna-se benevolente aos especuladores do sistema produtivo.

Interessante ressaltar o aumento de 895% do consumo de leite longa vida. Conforme a opinião de um produtor de leite B, tipo longa vida pode ser considerado um produto de qualidade duvidosa, pois passa por um processo de esterilização a 130° C, onde é destruído grande parte das vitaminas e micro-elementos nutritivos deste alimento. Além do mais, são adicionados conservantes neste leite, o que irá tirar do mesmo a qualidade de natural. Em detrimento a este aumento do consumo de

leite longa vida, temos o leite pasteurizado, que teve seu consumo diminuído em 27%. O leite longa vida representa para a indústria um investimento de grande interesse. Representa redução de custos no transporte, distribuição, logística e armazenamento. Para o consumidor significa comodidade. O produto permite estocagem por um longo período, sem resfriamento.

Dentro deste aumento produtivo, podemos observar que a produção de leite formal sofreu um aumento gradativo de 16% enquanto, o leite informal produzido no país teve um considerável aumento de 52%.

A existência deste seguimento produtivo, a do produtor informal, que está seguindo uma economia às margens da legalidade, deve-se à relação entre o pequeno produtor de leite mantida com a indústria, culminando no baixo preço praticado pela última. Nota-se neste processo que o sobretrabalho do produtor está sendo apropriado pelo capital no momento da circulação de sua mercadoria.

Enquanto estamos na esfera da produção agrícola tradicional, não distinguimos capitalista, proprietário fundiário ou proletário; há somente um produtor. Mas quando esse produtor vende suas mercadorias a um preço mais baixo que seu valor – o que garante a reprodução de sua força de trabalho – está transferindo um excedente para o capital comercial ou industrial com que trata (FREDERICQ, 1980, p. 125).

Assim, nota-se que, para se livrar da ex-  
Geografia, Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2001

ploração capitalista exercida pelas indústrias e/ou cooperativas leiteiras, onde parte de sua renda é transferida a este capital, um grande número de produtores vêm aderindo ao mercado informal. Comercializando diretamente seu produto com o consumidor final, este produtor consegue agregar à sua produção, parte da renda que seria apropriada pelos intermediários, fazendo, assim, valer o risco da ilegalidade.

No caso em análise, as cooperativas irão constituir um poderoso instrumento para o avanço da industrialização da agricultura, onde o capital irá ter o domínio total. Desta forma, é o capital que irá estruturar a cooperativa, destruindo neste processo aqueles elementos que lhe conferiam um caráter específico.

## 1.2. PRODUÇÃO LEITEIRA NO PARANÁ – BREVES CONSIDERAÇÕES

O Paraná, segundo dados elaborados pela SEAB/DERAL no diagnóstico de 1999 está ocupando o quinto lugar na produção de leite do Brasil, colocação esta que vem se mantendo há mais de 10 anos. Segundo esta mesma fonte, em 1998, o Paraná participou com aproximadamente 8,5% do total da produção brasileira.

Conforme Filippesen e Pellini (1999, p.7) nas pequenas propriedades rurais a atividade leiteira desempenha um importante papel econômico, possibilitando a utilização de mão-de-obra familiar excedente e a entrada mensal de receita. Permite, ainda, que o produtor rural tenha uma reserva de valor de elevada liquidez (rebanho). Essas características amenizam as dificuldades financeiras de pequenos produtores ou, até mesmo, viabilizam a sua permanência no meio rural. Além disso, a produção de leite contribui na melhoria das condições de vida da própria família servindo como fonte alimentar.

No município de Londrina, por exemplo, à medida que a população aumentava, fazia-se necessário a intensificação da produção leiteira. Porém este aumento precisava vir

acompanhado da formalidade da produção, ou seja, o leite precisava passar por inspeção sanitária para ser comercializado, o que não era feito. O abastecimento era realizado de forma 'tradicional', onde eram empregados intensivamente os fatores de produção, a terra e a mão-de-obra familiar, sendo o capital e os investimentos para o aumento da produção pouco significativos.

Conforme Stier e Fernandes (199-) com a melhoria dos eixos viários, ocorreu a intensificação da produção leiteira na região, favorecendo também a comercialização dos produtos agropecuários. É neste espaço e tempo que passam a surgir as primeiras indústrias de laticínios,

...deixando que o leite fosse produzido nos arrabaldes dos centros fornecedores e entregue diretamente do produtor ao consumidor; utilizando como meio de transporte carroças puxadas por animais e às vezes meninos que de porta em porta entregavam o leite, em condições precárias de higiene (STIER e FERNANDES, [199-], p. 51).

Ainda segundo Stier e Fernandes, as primeiras usinas destinadas à pasteurização do leite no Paraná, surgiram a partir de 1960, sendo que a CATIVA (1964), foi a primeira no setor. Ela surgiu adotando padrões tecnológicos modernos, abordando soluções e equacionando problemas referentes à indústria do leite. Praticamente, todas as indústrias que surgiram, de certo modo, tiveram o apoio do governo estadual. Assim, a médio prazo, repercutiram na economia do Estado, tendo viabilizado a expansão do setor.

Cronologicamente, conforme dados organizados por Stier & Fernandes, as primeiras usinas lácteas a se instalarem no Estado do Paraná foram:

- Cooperativa Agropecuária de Londrina, 1964;
- Cooperativa Laticínios Central do Paraná Ltda – 1966;
- Cooperativa Laticínios de Mandaguaçu Ltda, 1967;
- Laticínios Londrina Ltda, 1967;
- Cooperativa agropecuária de Witmarsum Ltda, 1967;

- Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda, 1967;
- Cooperativa de Laticínios Coroados Ltda, 1968;
- Cooperativa de Laticínios Maringá, 1970;
- Companhia Leco de Produção Alimentícia Ltda, 1971;
- Laticínios Norte do Paraná Ltda, 1972;
- Usina de Pasteurização e Padronização do Leite Apucarana Ltda, 1973;
- Usina e Comércio de Laticínio Cascavel Ltda, 1973.

Nota-se que entre estas usinas mencionadas, sete já iniciaram sob a forma de cooperativa, apoiada em seus estatutos. Hoje, na cidade de Londrina, temos a CATIVA e a CONFEPAR.

O leite cru é dirigido às indústrias de processamento, que neste caso são representadas pela CATIVA (Cooperativa Agropecuária de Londrina), que trabalha a nível regional, captando a produção de mais de 35 municípios do estado, tendo em seu quadro aproximadamente 560 cooperados. A outra indústria processadora é a CONFEPAR (Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná Ltda), sendo esta uma das maiores do estado, recebendo leite de produtores de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e do próprio Paraná. Cabe ressaltar também que a CONFEPAR é a única indústria que produz leite em pó no estado, comercializando sua produção com grandes empresas de âmbito nacional, como a LACTA. A CONFEPAR é uma unidade industrial formada pela fusão de várias cooperativas do Norte do Paraná, inclusive a CATIVA, que detém 33% da mesma. Esta fusão deve-se à tentativa de se reduzir custos de produção e dos impostos, uma vez que a mesma instalação e o mesmo quadro de funcionários serão utilizados pelo grupo.

Segundo estudos do DESEP/SNF (1999, p.16-17),

A desregulamentação, a abertura comercial e a formação do Mercosul desencadearam um processo de mudança acompanhado da intensificação da concorrência. As estratégias

adotadas pelas empresas têm alterado as características das relações entre produtores e indústrias, exigindo novas formas de negociação entre si. Essas estratégias têm como características principais o grande número de fusões e aquisições, a presença crescente das multinacionais, a segmentação, a diferenciação e inovação de produtos, fortes investimentos em marcas, promoções de vendas e lançamentos de produtos.(...) /as empresas de laticínios ocupam uma posição de destaque entre as que mais realizaram fusões, aquisições e parcerias no Brasil entre 1990 e 1998. Entre elas destaca-se a Parmalat, que de 90 a 98 comprou 18 empresas no mercado brasileiro.

De acordo com Koehler (1999, p.43), através de dados da produção de leite dos principais estados do país, em 1998, o Paraná ocupava a quinta colocação, com uma produção anual de 1850 milhões de litros e o Norte do estado ocupava o segundo lugar com 40% de participação.

Dentro do estado, a Microrregião Geográfica de Londrina também apresenta certa expressividade.(tab.2) Acompanhando a evolução da produção leiteira desta microrregião, notam-se que no ano de 1970, sua produção era de 16.720.000 de litros de leite, com 17137 vacas ordenhadas. Entre os anos de 75 e 80, principalmente devido à geada negra que atingiu todo o estado do Paraná, ocorreu o abandono da cafeicultura como atividade econômica predominante. Na diversificação econômica que ocorreu neste período, a pecuária leiteira entrou com grande força, saltando sua produção para 27.597.000 litros, sendo ordenhadas 21673 vacas. Por outro lado, há que se considerar a melhoria genética e o conseqüente aumento da produtividade.

De acordo com dados da produção de leite de vaca por grupo de área total, do Censo Agropecuário de 95/96, o extrato de maior produção estava nos estabelecimentos que apresentam área de 20 a 50 ha, representando 24,02% da produção desta microrregião. A partir deste mesmo censo, constatamos também que a microrregião de Londrina está em 5º lugar com relação ao

Tabela 2 – Evolução da Produção de Leite na Microrregião de Londrina.

Microrregião de Londrina/ano	Produção de leite		
	Informantes	Vacas ordenhadas	Quantidade (mil litros)
1970	2.205	17.137	16.720
1975	1.952	16.488	14.654
1980	2.136	21.673	27.597
1985	-----	20.393	27.120
1995/96	1.954	13.465	23.716

— dados disponíveis no Censo Agropecuário.  
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná

número de vacas ordenhadas do Norte do estado, ocupando a 4ª posição no que diz respeito a quantidade de leite produzido, representando 8,3% deste total.

## 2. O PRODUTOR FAMILIAR E A PRODUÇÃO LEITEIRA

### 2.1. O PRODUTOR FAMILIAR DE LEITE

Com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE 1995/96, tanto no contexto estadual quanto no contexto microrregional e/ou local o maior índice de informantes estava em estabelecimentos de 10 a 100 hectares, salientando-se o estrato de 20 a 50 hectares, cuja a relação leite produzido e leite comercializado estava em torno de 80%.

Os dados coletados demonstraram que cerca de 57% dos produtores iniciaram esta atividade na década de 1980, como uma das alternativas de renda e diversificação da produção, para ficarem menos susceptíveis às crises econômicas e climáticas. A geadas de 1975 foi uma das causas dessa mudança.

Segundo Filippesen e Pellini (1999, p.16)

embora exista um grande número de produtores de leite a maioria não está integrada a uma cadeia (produtores não comerciais), como observado pela diferença entre os números de informantes da atividade leite e informantes de venda de leite. Apesar da atividade leiteira destes produtores não ter relevância econômica sob óptica da cadeia, apresenta uma impor-

tância sob o aspecto social e de qualidade de vida da família.

Os estabelecimentos analisados mostram que a mão-de-obra familiar é predominante. Está em torno de três pessoas envolvidas na atividade. Somente no período da silagem cerca de 82% desses estabelecimentos recorrem à mão-de-obra temporária. A troca de dias de serviço não é comum nesta atividade. A contratação de mão-de-obra temporária denominada por Santos (1978) de “trabalho acessório” é uma característica nas relações de produção familiar.

Segundo Rodrigues (1985, p.18) a força de trabalho assalariada é uma relação que complementa a força de trabalho familiar. Estes “braços auxiliares”, são contratados, geralmente, durante o tempo de serviço mais pesado (produção de silagem) ou quando as famílias não têm filhos homens em idade para trabalhar. Assim, pode ser notado que a variável “tamanho da família”, vem a provocar a necessidade de contratação de trabalhadores.

No universo pesquisado detectou-se que a presença de mão-de-obra masculina e feminina na atividade é semelhante, 53% e 47% respectivamente, ou seja, uma diferença de apenas 6%. Quanto à divisão do trabalho cabe aos homens executar serviços mais pesados, como, por exemplo, trabalhar com o trator, moer a ração para os animais. Já as mulheres ficam encarregadas da limpeza do estábulo e até da própria ordenha, juntamente com os homens.

Pode ser observado também que o maior número destes produtores têm entre 41 e 60 anos de idade, onde, a maioria destes (53%), possuem apenas o Ensino Fundamental (antigo Primário, por vezes, incompleto). A maior parte dos que tem o Ensino Médio completo estão na faixa etária entre 21 e 40 anos. Do total de trabalhadores entrevistados, apenas 11% possuem o Ensino Superior.

Diante deste quadro, vale a pena ressaltar que, aqueles que apresentam maior produtividade e estão mais abertos às inovações tecnológicas, são os da faixa etária de 21 a 40 anos e possuem, pelo menos, o Ensino Médio completo.

Esses pequenos produtores de leite analisados, apresentaram um número médio de cabeças de vaca por produtor em torno de 12 animais. É uma quantia considerada razoável, já que, dentre 12 vacas, sempre haverá 8 ou 9 em lactação. Com relação à produção diária, temos produtores com 30 litros/leite/dia, até produtores que produzem 1000 litros/leite/dia, como é o caso do produtor de leite tipo "B", já mencionado anteriormente, sendo considerado modelo pela CATIVA. São duas realidades totalmente distintas, onde um trabalha com formas arcaicas de produção, enquanto que o outro, agrega em sua propriedade padrões tecnológicos e produtivos de primeiro mundo.

Já os estabelecimentos com mão-de-obra assalariada são aqueles mais tecnificados e apresentam maior produtividade. São os produtores que utilizam a raça holandesa mais apurada, e já possuem em sua propriedade a ordenhadeira mecânica, o resfriador e outros itens indispensáveis à produção voltada ao mercado globalizado em que nos encontramos.

Entretanto, cerca de 64% dos produtores entrevistados dão preferência ao girolanda, pois são animais menos sensíveis às doenças e não exigem uma alimentação tão rica em proteínas como as holandesas.

A pecuária é a atividade principal em 82% das propriedades, sendo que em 21% destas, a produção é menor que 100 litros/leite/dia. Dentre as propriedades onde a

pecuária não é a atividade principal, predominam as culturas de soja e café. Neste caso, as palavras de Schneider (1999, p.94) são pertinentes pois afirma que,

A atividade leiteira pode ser compreendida como uma estratégia de reprodução da família.... E, não obstante a falta de reconhecimento no interior da unidade produtiva, dada sua condição de marginal em relação às outras atividades agrícolas e complementar em termos de geração de rendas, é a ela que a família recorre como fonte de recursos permanentes para a aquisição de bens não produzidos na propriedade. Talvez seja o próprio papel regulador que o leite desempenha no interior da propriedade que explica o pouco prestígio e a falta de investimentos que esta atividade recebe dos colonos.

Perguntados sobre o auge nesta atividade, cerca de 14,5% responderam que foi na década de 1980, quando conseguiram melhorar tecnologicamente sua atividade. Mas, 55%, responderam estar vivendo o auge na atividade pois, agregaram valor ao seu produto, comercializando sua produção na rua. Este fato fez com que os produtores pudessem apurar mais a genética dos animais, aumentando, assim, a produtividade.

## 2.2. NÍVEL TECNOLÓGICO DOS PRODUTORES

Quanto ao nível tecnológico dos produtores, nota-se que pelo fato de todos serem proprietários não só da terra, mas também dos outros meios de produção onde a atividade leiteira não é a única atividade desenvolvida, na maioria das propriedades entrevistadas, todas, sem exceção, possuem pelo menos um trator. Além disso, contam também com os implementos utilizados como a grade, o arado e a semeadeira. Porém, grande parte destes tratores estão com mais de 20 anos de uso. Cerca de 64% dos produtores possuem a forrageira, um dos equipamentos indispensáveis para a produção de silagem.



Todos os produtores que alimentam o gado com silagem utilizam sementes, adubos e herbicidas. Pode ser notado que grande parte destas terras estão exauridas, com a fertilidade baixa, necessitando de corretivo de acidez.

Os produtos veterinários (remédios), os vermífugos, o sal mineral e as vacinas (principalmente contra aftosa), são utilizados por 100% destes produtores. Já a ração balanceada e outros complementos alimentares, são adquiridos e utilizados por apenas 64% destes. Ficou evidenciado que são os produtores mais tecnificados, que apresentam maior produtividade por animal, que irão utilizar este recurso para aumentar sua produção.

Um fato interessante e ao mesmo tempo alarmante, é que 55% dos produtores entrevistados não recebem nenhuma assistência técnica. A assistência técnica é de fundamental importância porque foi ela que

veio colocar, pela primeira vez, de forma aguda, a necessidade de redução dos custos e/ou aumento da produtividade em nossa agricultura. Tais objetivos só poderiam ser alcançados pela modernização do processo produtivo (SZMREC-SÁNYI, 1998, p. 50).

Cerca de 50 % dos produtores utilizam em suas atividades o resfriador de leite, a ordenha mecânica e a inseminação artificial, além da mecanização da lavoura para a produção de silos. A década de 80 pode ser mesmo considerada um período em que ocorreu grande inovação tecnológica na atividade, pois, 50% dos entrevistados instalaram o processo de resfriamento do leite nesta fase.

Estes produtores só não se tecnificam mais devido aos altos juros, que são cobrados nos financiamentos em geral. Cerca de 64% dos produtores não utilizaram linhas de crédito até hoje pelo simples fato de, ao efetuarem o empréstimo, ter de deixar sua propriedade hipotecada. A taxa de juro praticada é alta, sempre tendo um referencial para a correção monetária do período. O fato injusto é que o preço do leite pago

ao produtor não acompanha esta correção, ou melhor, este preço fica congelado por longos períodos, não acompanhando nem sequer a inflação. Este fato torna a renda da propriedade muito baixa, o que pode ser comprovado segundo o depoimento de um agricultor: "Eu vô entrá im banco prá quê ? depois eu sei qui num vô conseguí pagá mesmo."

Pode ser verificado que foi entre as décadas de 1980 e 1990 que os produtores mais utilizaram financiamentos agrícolas. Dentre os quais, o PRONAF e o FINAME, que são linhas de crédito do governo federal. Porém, os produtores consideram as taxas de juros muito altas, onde, de acordo com um produtor que utilizou-se do FINAME para a compra de uma máquina agrícola, afirmou: "Eu comprei um trator e acabei pagando três."

Outro programa muito utilizado, não só pelos produtores de leite, mas também pelos agricultores em geral, foi o PANELA CHEIA. Este sistema de crédito foi idealizado pelo governo do estado no final da década de 1980. A partir deste, o agricultor comprava a máquina ou instrumento agrícola e pagava o valor correspondente em produção, no caso, em sacas de milho ou litros de leite. Há que se salientar que foi o programa de crédito onde os produtores tinham maiores condições de quitar seus débitos e, portanto, um dos que melhor representavam os anseios e as necessidades da agricultura e da pecuária estadual.

Assim, o investimento em tecnologia foi importante, no que diz respeito à qualidade do produto e rendimento das máquinas, pois, com a globalização presente e atuante em todo o mundo, o produtor que não conseguir conciliar produtividade e qualidade com baixo custo, está se afastando da cadeia produtiva.

### 3. RELAÇÃO PRODUTOR DE LEITE –INDÚSTRIA/COOPERATIVA

Os produtores de leite não têm muitas opções de venda contando com as cooperativas e/ou indústrias privadas de laticínios. Na realidade estudada, os produtores contam com duas cooperativas: Cativa e a

CONFEPAR. Os sistemas cooperativos têm na sua forma contratual ou regimental, a garantia de recebimento da produção de todos os cooperados. Por outro lado, há um sistema formalizado de cotas, onde o produtor se compromete a entregar uma quantidade diária específica. O leite entregue a mais ou a menos obtém um preço inferior ao básico. Essa é uma forma adotada pelas cooperativas pois vale lembrar as palavras de Santos (1978) quando afirma que os produtores de uva do Rio Grande do Sul preferem entregar a sua produção às cooperativas, principalmente, na safra, pois estas oferecem o preço estipulado em lei e a garantia de compra de toda a produção do associado.

De acordo com a CATIVA, o leite cru produzido pelos 560 associados, está em torno de 110.000 litros/leite/dia, e está sendo beneficiado na CONFEPAR. Cerca de 50% dos produtores da CATIVA são pequenos, apresentando uma produção de até 100 litros/leite/dia; 40% são médios produtores, produzindo de 101 até 500 litros/leite/dia; e o restante, 10%, são grandes produtores, com uma produção acima de 500 litros /leite/dia.

### 3.1. CLASSIFICAÇÃO DO LEITE

O processo de classificação consta do Programa de Pagamento por Qualidade do Leite- PPQL da cooperativa. Os procedimentos desta classificação se resumem em três itens:

1. Teste de acidez – ocorre no próprio estabelecimento do produtor. Caso seja comprovado, o produto não é aceito pela cooperativa;
2. Quantidade de água – para tal verificação há um aparelho que acusa índices acima e abaixo do padrão aceitável. O padrão é -530. Aquele que apresentar índices acima significa que o leite é muito bom e abaixo indica que contém água. Um produtor que entregou 200 litros de leite e o teste acusou 5% de água (10 litros) receberá o valor equivalente a 190 litros. Assim, o preço não se altera e sim, o valor a ser recebido pela qualidade do leite considerado.

3. Exame laboratorial de qualidade do leite – a partir da aprovação em todos os exames realizados o produtor obterá um adicional pela qualidade do leite. Para a cooperativa a média de pontuação deste exame é 60 pontos. O que estiver acima desse índice poderá receber o adicional de até R\$ 0,03/litro e o restante receberá o preço mínimo estabelecido de R\$ 0,25/litro, preço praticado em outubro de 2001. É neste exame que poderá ser acusado problemas relativos à forma de retirar o leite pois, parte dos pequenos produtores ordenham manualmente, o que faz cair a qualidade do leite e consequentemente, o preço.

Segundo alguns produtores, esta classificação: “É péssima, manipulada. É onde eles tiram até o sangue do produtor, dando o preço que quiser.” Com este depoimento vale lembrar as palavras de Santos (1978, p.98):

As relações de troca entre o campesinato e a indústria, para além daquelas reguladas pelos preços mínimos, caracterizam-se por regras estabelecidas unilateralmente pela indústria no seu exclusivo proveito.

Além de alguns produtores reclamarem da classificação e da falta de incentivo, sabendo da desvantagem ao entregar seu produto para a indústria, ainda assim, mantém esta relação alienada, pois muitos não querem abandonar esta atividade, mesmo dando prejuízo, sob a alegação de que a propriedade, juntamente com a atividade, tem sido transmitida de pai para filho. Outros, dizem que é a única atividade que sabem desenvolver, não podendo, assim, entrar em um outro ramo, onde o risco poderia ser bem maior.

Além desta classificação o produtor pode receber uma premiação pela sua produtividade com qualidade, sendo esta chamada

de bonificação da produção, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Bonificação da produção dos cooperados da Cativa.

Produção por litros de leite/dia	Bonificação
Até 50 litros/leite/dia	Preobásico <sup>1</sup>
De 51 a 100 litros/leite/dia	1%
De 101 a 200 litros/leite/dia	4%
De 201 a 300 litros/leite/dia	5%
De 301 a 400 litros/leite/dia	7%
De 401 a 500 litros/leite/dia	9%
De 501 a 600 litros/leite/dia	11%
De 601 a 750 litros/leite/dia	13%
Acima de 750 litros/leite/dia	18%

<sup>1</sup>O percentual de crédito sobre o preço básico do mês.  
Fonte: Cativa, agosto, 2000

A partir da análise desta tabela, podemos ver que, quanto maior for o produtor, tanto maior será sua premiação. Este fato chega a ser até uma discriminação frente aos pequenos produtores, porque a diferença é enorme entre a bonificação do pequeno e do grande produtor.

### 3.2. CUSTO DE PRODUÇÃO E OS PREÇOS PAGOS AOS PRODUTORES

Para melhor compreensão da relação produtor-indústria, solicitamos aos produtores o custo mensal de produção, o preço pago pela cooperativa e o preço praticado quando comercializado na rua, informalmente, no período de 12 meses (agosto de 2000 a julho de 2001).

Pelos gráficos abaixo observa-se que o custo mensal oscila de R\$ 0,14 a R\$ 1,60 por

litro de leite e a média anual ficou entre R\$ 0,33 a R\$ 0,59/litro. O produtor nº 01 trabalha com um sistema simples onde o gado é tratado apenas no pasto e sem maiores cuidados no trato dos animais, o que significa o baixo custo de produção. Porém, esta terra utilizada com o cultivo do capim poderia ser utilizada por outras culturas agregando assim, maior renda à propriedade. Os produtores 02, 03 e 04 apresentaram maior custo de produção devido a utilização de técnicas mais adequadas como por exemplo a produção de silagem, animais aprimorados geneticamente, inseminação artificial entre outras. O custo aumenta mas é compensado pela produtividade por animal. Estes produtores utilizam suas terras para a diversificação de atividades, pois o leite é apenas uma atividade complementar de renda. (Figuras 1, 2, 3, 4).

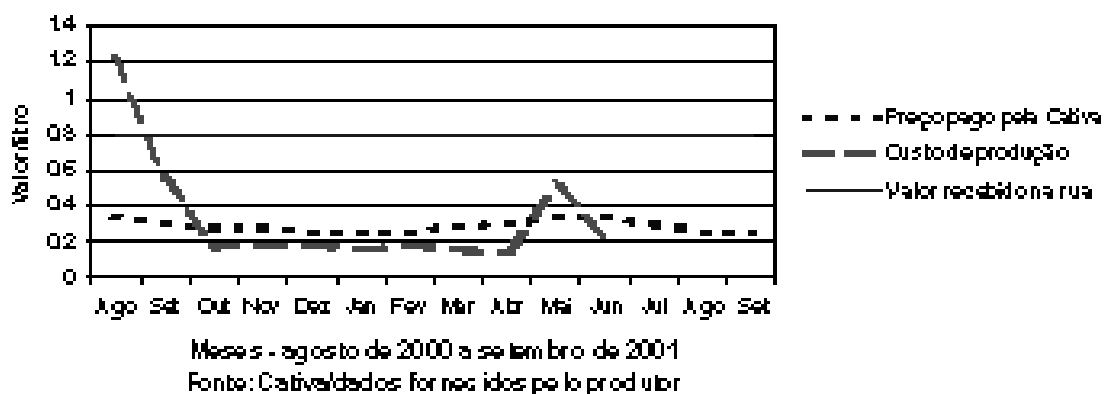


Figura 1 – Comparativo de preços (produtor 1).

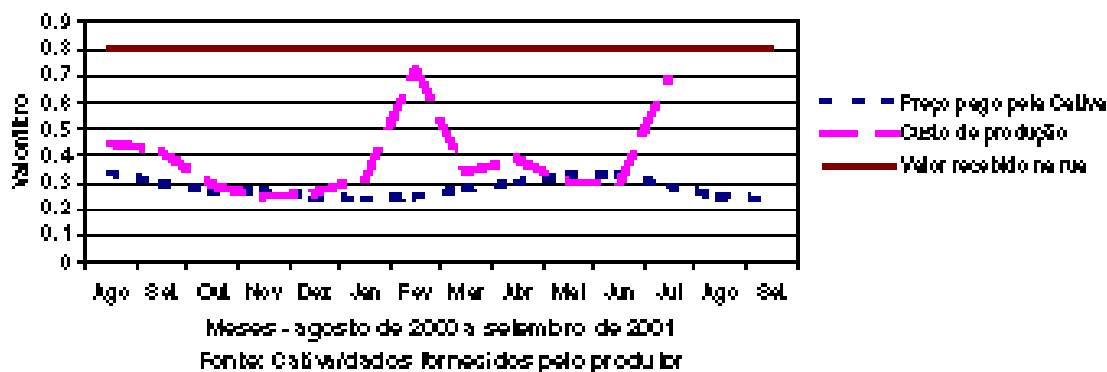


Figura 2 – Comparativo de preços (produtor 2).

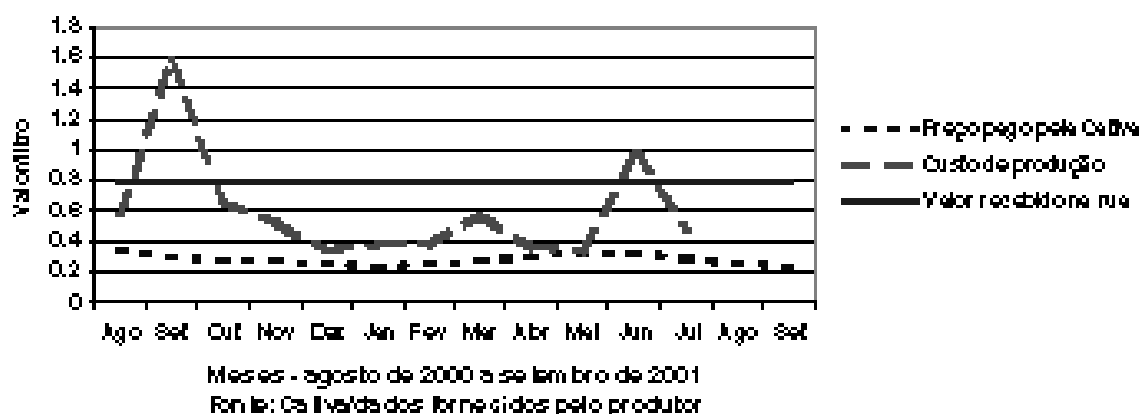


Figura 3 – Comparativo de preços (produtor 3).



Figura 4 – Comparativo de preços (produtor 4).

Diante deste quadro, verifica-se nos gráficos que cada qual apresentou uma determinada contabilidade, mas diante dos custos de produção, o preço pago pela cooperativa, cerca de R\$ 0,25 a R\$ 0,33, sempre ficou aquém da despesa. Observe-se que o produtor nº 04, apresentou o menor custo de produção, no período de setembro de 2000 a janeiro de 2001, de R\$ 0,40, entretanto em nenhum momento a cooperativa remunerou acima de R\$ 0,34, significando prejuízo.

Nestas circunstâncias, o produtor foi motivado a deixar de entregar à cooperativa e comercializar a sua produção no setor informal, ou seja, na rua, de porta em porta, problema este que tem alertado as autoridades sanitárias, no intuito de coibir esse tipo de comercialização. Entretanto, hoje, somente em Londrina, há cerca de 14.000 litros de leite sendo comercializados desta forma.

Para esses produtores é vantagem, uma vez que o preço do leite vendido diretamente ao consumidor é sempre o mesmo, cerca de R\$ 0,75 a R\$ 0,80. Caso comercialize com a cooperativa, além dos preços aviltantes, ainda sofreria a oscilação dos períodos de safra e entressafra. Na verdade, o que oscila para este produtor é o custo da produção e não o valor final do produto que se equipara ao praticado nos supermercados.

Através da análise percebe-se que a maior exploração que envolve a relação produtor-indústria é a questão do preço pago ao produtor, onde o sobretabalho da família é apropriado através da classificação e na determinação do preço básico.

A partir do momento em que o produtor comercializa sua produção na cooperativa, ele entra em um círculo vicioso. Para produzir mais e ter um volume de produção para ao menos atingir a cota mínima (já citada anteriormente), terá que dar melhor trato ao gado, aumentando seus custos de produção (ração, produção de alimentos e equipamentos). De acordo com um produtor: "O leite é tudo o que a vaca come."

Assim, produz-se cada vez mais para cobrir seus custos de produção, que sempre estão aumentando. Este fato faz o produtor se inserir num processo chamado "crise agrária permanente", onde:

(...) os preços agrícolas seguem uma tendência decrescente quando comparados aos preços industriais: não são reajustados com a mesma amplitude. Os preços dos produtos agropecuários são preços políticos, destinados a garantir o processo de acumulação industrial, através de pressão sobre o salário do operariado urbano. São, pois, pouco compensadores e não equivalem aos custos de produção, em alta crescente (FREDERICQ, 1980, p. 18).

A "cartelização" dos preços pagos pelas indústrias, impossibilita os produtores a barganhar preços diferenciados entre as indústrias. Há sim, um nivelamento dos preços por baixo, fato este que protege os custos das indústrias de leite e vêm a garantir a rentabilidade do capital nela investido.

Em relação à política do preço do leite, alguns produtores entrevistados colocaram mais claramente o seu ponto de vista: "O pior problema é a falta de apoio do governo."; "Ele (o governo) dá com uma mão (financiamentos) e tira com as duas (juros altos)."

Estes depoimentos comprovam o descrédito dos produtores face às manobras de órgãos governamentais, na tentativa de dar incentivo à produção, através dos financiamentos.

Muitos destes produtores, já cansados da subordinação exercida pelo capital industrial representado pelas cooperativas de leite da região, resolveram abandonar o quadro de cooperados e, estão comercializando seu leite na rua, informalmente.

Para incentivar o cooperado a CATIVA lançou uma linha de financiamento para o custeio de máquinas, equipamentos e animais, em 'benefício' de seus cooperados. Este financiamento chama-se Pró-leite, e cobra juros de aproximadamente 8,75% ao ano. Parece pouco, mas, como um produtor que produz 50/litros/leite/dia irá conseguir pagar, por exemplo, um resfriador (agora equipamento obrigatório para se entregar leite na CATIVA), que tem seu custo entre R\$ 5 a 15 mil ?

#### 4. TENDÊNCIAS DA PECUÁRIA LEITEIRA

##### 4.1 LEITE É A SOLUÇÃO PARA PEQUENOS PRODUTORES

Entre as muitas alternativas apontadas para viabilizar a atividade rural, a produção de leite pode ser a solução mais rápida para o pequeno produtor continuar a ser um "homem do campo". O leite tem uma importância econômica-social muito grande, pois desta atividade sobrevivem centenas de pessoas em nosso município e mais de um milhão em nosso país.

Os principais problemas apresentados pelos produtores são: preço (reclamação unânime), cota e extra-cota, falta de capital para investimento e a falta de tecnologia. Sem capital para investirem na atividade, grande parte destes produtores não incor-

poram tecnologia, auferindo um produto de menor qualidade e, devido a isto, tornam-se inoperantes frente às exigências do capital industrial. Não conseguindo se manter subordinados às cooperativas de leite, muitos destes produtores vêm encontrando uma saída para agregar uma renda maior ao seu produto ou seja, a produção informal de leite e seus derivados.

#### 4.2 AUMENTO DO CONSUMO DE LEITE NATURAL (SEM PASTEURIZAÇÃO)

O comércio de leite informal, na rua, de casa em casa, ocorre em todas as cidades do Brasil. Em cada município, desde sua formação, haverá sempre este tipo de comércio informal, variando apenas de acordo com a vocação ou não da região para a pecuária de leite e face à fiscalização vigente. O leite informal no país teve um aumento de 52%, de 1990 a 1998.

Segundo Fantin (1994, p. 10), desde que a Lei Federal nº 7889, de outubro de 1989, determinou a descentralização da inspeção sobre produtos de origem animal, tem aumentado no Brasil o consumo de leite de "qualidade duvidosa".

A comercialização deste leite é muito criticada pelos grandes produtores, pelas cooperativas e pelos representantes do serviço de inspeção. A qualidade do leite para consumo foi enfocada na 5ª Exposição de Raças Leiteiras – Expoleite, de 25 a 27/09/94. Lá, foram discutidos a falta de fiscalização e a necessidade de se equiparar os serviços de inspeção nos níveis federal, estadual e municipal para coibir a venda de leite não pasteurizado nas esquinas das cidades, e "evitar a proliferação de miniusinas com inspeção deficiente."

Entretanto, segundo Filippesen e Pellini (1999, p.32) além da competição das grandes empresas entre si está ocorrendo um aumento do número de miniusinas instaladas por um produtor ou associações de produtores que vendem diretamente ao consumidor para obter margens de comercialização dos agentes tradicionais.

Segundo Gorenstein (1992) apud Filippesen e Pellini (1999) para viabilizar essas miniusinas requer equipamentos de pasteurização para processar pequenos volumes que satisfaçam as exigências sanitárias e economicidade.

Na microrregião geográfica de Londrina os pequenos produtores insatisfeitos com os preços pagos pelas cooperativas montaram um projeto de instalação de miniusinas, mas sem o apoio da Secretaria da Agricultura do município os objetivos não se concretizaram.

#### 4.3. PROGRAMA NACIONAL DA QUALIDADE DO LEITE

Esta questão de acabar com a produção informal de leite é bastante discutida no país como um todo. Na esteira da modernização, o pequeno produtor vem sofrendo inúmeras imposições, como já foi dito, por parte do governo e das próprias indústrias, para implantar a evolução tecnológica no seu sistema de produção. Representantes das indústrias, produtores, participantes do setor privado do leite elaboraram um anteprojeto para o Programa Nacional de Qualidade do Leite.

De acordo com Koehler (1999), este programa prevê, a médio prazo, o fim da classificação dos leites tipo A, B e C no país. A implantação da mudança deverá ser de forma gradual, com prazo estabelecido até janeiro de 2002 para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para o Norte e Nordeste o prazo passaria até a ser contado a partir de fevereiro de 2004. O leite deverá ser retirado mecanicamente, ter um controle mensal da saúde do rebanho leiteiro e ser resfriado na propriedade a uma temperatura de 3 a 4 ° C, antes de ser transportado a granel para a indústria.

O pequeno produtor que apresenta uma produção de até 100 litros/leite/dia, não consegue auferir renda nem para a sua reprodução familiar. Como então, ele conseguirá manter-se neste circuito moderno e globalizado que está se tornando a atividade leiteira em nosso país? Constatamos que este é um dos principais motivos que tem levado os produtores a entregarem sua produção informalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As situações expostas permitem caracterizar o processo de trabalho do pequeno produtor de leite como uma modalidade de subordinação formal do trabalho ao capital. De acordo com Santos (1978), o capital subordina o processo de trabalho reproduzindo uma singularidade: o produtor é proprietário dos meios de produção (terra, animais e equipamentos), porém, é na transformação de seu produto em mercadoria que ele é subjugado. Pagam-lhe preços que na maioria das vezes mal cobre os custos de produção. A classificação também envolve um processo contraditório, onde, seu produto também é subjugado.

Numa sociedade em que o único poder que reúne – o produtor de leite, a indústria de laticínios e o consumidor – é o modo capitalista de produção, dificilmente poderíamos encontrar uma solução à esta relação alienada. Todos os envolvidos acabam por adquirir a individualidade e o proveito próprio como lema, não se preocupando com seu semelhante. No modo capitalista, será o elo mais fraco da corrente, aqui representado pelo homem do campo, que terá de sujeitar-se às imposições capitalistas. São estes fatos que reproduzem as desigualdades sociais e os conflitos, criando um capitalismo cada vez mais selvagem e desumano.

No processo de globalização a que produtores e consumidores estão inseridos, ocorre, cada vez mais, uma maior seletividade dos participantes do mercado. A concorrência é uma força poderosa contra a ineficiência, e é impiedosa. Com a concorrência acirrada em todos os setores, é a disposição a pagar do consumidor e a pressão competitiva que estabelece o marco dos preços. Mas, fica aqui uma indagação: como o pequeno produtor irá tecnificar-se para se tornar competitivo, se não dispõe de capital para isto e não lhe são fornecidas linhas de crédito com taxas de juros que possam ser justas, ou melhor, pagáveis?

... o agribussines brasileiro do leite sempre foi fracamente regulamentado, quando comparado com outras economias como EUA e Europa. Isto não garantiu, contudo, que toda a cadeia agroindustrial do leite no Brasil se modernizasse como as demais (FARINA, 1995, p. 04).

O processo de modernização da pecuária brasileira envolve tanto a adoção de técnicas de produção e manejo de rebanho, quanto uma visão geral, de gerenciamento na atividade. Conforme Farina (1995), não é somente adotando técnicas avançadas de produção que nossos produtores se tornarão eficientes, é preciso produzir em quantidade sempre procurando baixar custos, mas sempre de olho na qualidade. E não é só isso. Saber o que o mercado exige, valoriza e paga é fundamental para a sobrevivência e permanência na atividade.

Para estes produtores que abandonaram a cooperativa e passaram a comercializar seu produto informalmente, denominou-se neste trabalho como produtores independentes: independentes porque se desvincularam da subordinação exercida pelo capital industrial e eliminaram o intermediário na comercialização de sua produção. Assim, eles realizam todas as etapas, comercializando sua produção com o consumidor final. O valor recebido pelo seu trabalho agrega maior valor ao seu produto, pois, de acordo com um produtor:

“Antis eu intregava meu leiti pra cooperativa, num sobrava quase nada. Hoji, intrego na rua, inté melhorei minhas vaca. Tamém, antis era R\$ 0,25, hoji recebu é R\$ 0,80.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DESEP;CUT; SNF/CUT. Leite e Derivados: "Reestruturação produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos 90: as propostas dos trabalhadores" in: Caderno de Síntese. São Paulo: Amica, 1999.

FANTIN, E. Aumenta consumo de leite natural. Folha de Londrina, Londrina, 04 jun. 1994. Folha Rural, p.10.

FARINA, Elizabeth M.M.Q. Cadeia produtiva do leite: situação atual e perspectivas do mercado. In: ASSIS, Airdem G. de. Simpósio Internacional – O futuro dos sistemas de produção de leite no Brasil, 1995, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1995.

FILIPPSEN, Laerte F.; PELLINI, Tiago. Cadeia produtiva do leite- prospecção de demandas tecnológicas do agronegócio paranaense. Londrina: IAPAR, 1999. (IAPAR. Documento 19)

FREDERICQ, Antoinette. O ciclo do leite. Caderno do CEAS, n.66, p.18-38, mar/abr, 1980.

IBGE. Censo Agropecuário 1995/96. Rio de Janeiro, 1998. n.20:Paraná.

JANK, Marcos S.; FARINA Elizabeth M.Q.; GALAN, Valter B. O agribusiness do leite no Brasil. São Paulo: Milkbuzz, 1999.

KOEHLER, João C. Bovinocultura de Leite. In: SEAB-DERAL-DCA. Diagnóstico Pecuária –1999. Curitiba: SEAB, 2000. p.23 – 43.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.58, p.5-64, Set.1981.

RODRIGUES, Aparecida M. P. Renda da terra, trabalho, espaço e capital: os tiradores de leite de Catuçaba-SP. Boletim Paulista de Geografia, n.62, p. 5-46, 2º semestre, 1985.

SANTOS, José V.T. dos. Colonos do vinho- estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

STIER, Kumagae K.; FERNANDES, Margarida O. A. Estudo sobre a Bacia Leiteira de Londrina-PR. Londrina: Departamento de Geociências-UEL, [199-] (relatório de pesquisa)

SZMRECSÁNYI, Tamás. Pequena historia da agricultura no Brasil. 4ed. São Paulo: Contexto, 1998.

---

## The Modernization of the Dairy Cattle Breeding and the Exclusion of the Small Producer

### ABSTRACT

In Brazil, the dairy production is gradually increasing thanks to the end of a pricing policy which lasted up to 1990. Nevertheless, Brazilian producers are being affected by imported products from Argentina, via Mercosul, with low prices and long term payments. Today, the dairy companies are in process of merging so as to become competitive in a globalized market. Even though it is a low profit business, with low prices paid by the industries/cooperatives, it has always been a means of survival for the small dairy producer. On the track of modernization, the small dairy producer is undergoing countless impositions by the industries in order to follow technological evolution in their production system. This is one of the problems that have caused the gradual abandonment of such producers due to the lack of financial support to comply with those requirements. These dairy industries and/or cooperatives lace the producers under the monopoly of circulation, paying them what is most convenient and at the same time subjugating the consumers through their monopolist prices. Even though the cooperative does not expropriate the producers directly, it subjugates the end-product of their work, provoking a clear transfer of observed the exclusion and/or the exploitation of such a rural population, mainly of those who produce up to 50 liters/milk/day. One of the alternatives for these excluded producers has been the informal trade which makes them independent of the subordination from the industrial capital.

**KEY-WORDS:** dairy cattle breeding, small producer, industrial capital.